

MPT em ação

cidades@correiodaparaiba.com.br



Inscrições continuam

Estarão abertas até o próximo dia 2 de junho as inscrições para o simpósio Trabalho Aquaviário – Atividade Pesqueira e Trabalho Marítimo, que será realizado em João Pessoa nos dias 8 e 9 de junho. O simpósio é promovido pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) e voltado para membros e servidores do Ministério Público do Trabalho (MPT) e público externo interessado, com direito a certificados. A coordenação do evento é do procurador do Trabalho Cláudio Queiroga Gadelha.

OPINIÃO

Inteligência e trabalho escravo (III)

CLÁUDIO CORDEIRO QUEIROGA GADELHA

Pode-se afirmar com segurança que o trabalho escravo não será erradicado no Brasil se não houver, por parte dos setores públicos que lidam com as questões sociais e trabalhistas, um pleno comprometimento articulado, que convirjam em ações visando não apenas a repressão, ou como se diz a cada operação sucedida, 'o resgate' de trabalhadores explorados como escravos em vários pontos do território nacional. Para ilustrar, na semana passada, isso mesmo, semana passada, uma ação foi desenvolvida e coordenada por membros e servidores do Ministério Público do Trabalho, com o apoio de agentes da Polícia Federal no Estado do Espírito Santo, e, em uma determinada usina foram 'resgatados' mais de uma centena de trabalhadores que eram submetidos ao trabalho degradante. Não é o objetivo desta coluna, em sua terceira semana apresentando o projeto de criação no Brasil de um Grupo Interinstitucional de Ação e Inteligência para a Erradicação do Trabalho Escravo, mas, serve-se desse novo episódio para reforçar o entendimento de que se faz necessário, urgentemente, medidas articuladas e definitivas para eliminar esse mal.

Na última sexta-feira já foram apresentadas algumas justificativas para o projeto acima referido, as quais serão complementadas adiante. Assim, como consequência imediata das constantes operações para o resgate de trabalhadores oprimidos, em sua honra e moral, atingindo toda a sociedade brasileira, está o denominado ciclo do trabalho escravo, representado pela constatação e identificação de vários trabalhadores que são resgatados em uma determinada região, e, algum tempo depois, não mais do que poucos meses, são encontrados em uma outra empresa, propriedade, enfim, outro mau empregador, na mesma condição: trabalho degradante ou trabalho escravo. Não se nega que o governo federal instituiu a prioridade na inserção de trabalhadores resgatados no programa bolsa-família, bem como a esses mesmos trabalhadores são concedidos, imediatamente após o 'resgate', formulários para fins de recebimento de parcelas do seguro-desemprego especial dos 'trabalhadores escravizados'. Tais medidas, embora simpáticas, não têm se mostrado eficientes, dados os números inequívocos que se apresentam dia a dia.

Justifica-se ainda a criação do Grupo Interinstitucional de Inteligência e Ação para a Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil, doravante denominado GIAETED, o fato de que, em contraponto às melhores técnicas de gerenciamento de crises (não se pode negar que a exploração contemporânea de trabalhadores como escravos representa uma crise social e moral em uma nação dita democrática), algumas operações de resgate têm apresentado deficiência de comando/coordenação. A inteligência, como mecanismo de se gerar conhecimento, uma vez utilizada para segmentar e identificar os melhores atores para a resolução dos mais graves problemas, é um mecanismo de grande utilidade, especialmente quando se tem diante de si questões multifacetárias e multidisciplinares, que precisam ser resolvidas de forma lógica, mediante técnicas que se utilizam de conhecimentos prévios e conhecimentos adquiridos. Assim, um grupo de inteligência será capaz de identificar qual o melhor caminho a seguir, e quem deverá comandar as operações táticas de resgate de trabalhadores escravizados, tudo em nome da otimização dos resultados.

Veja-se que a utilidade de um grupo de inteligência, na hipótese, pode e deve alcançar outros objetivos, máxime do trabalho voltado para a prevenção contra o crime de aliciamento, exploração e sonegação dos direitos sociais e trabalhistas; coleta de informações prévias importantes antes de execução das operações, como o exato local da operação, a situação política, econômica e social da região e localidades; obtenção de dados mais completos possíveis sobre os exploradores, diretos ou indiretos; dados prévios possíveis e indispensáveis sobre os trabalhadores explorados; formação de um consistente banco de dados sobre todos os envolvidos, e não apenas dos proprietários das empresas, fazendas, e outros; identificação prévia das terras tidas como griladas, adquiridas de forma irregular, e das terras utilizadas para a prática de outros crimes, como ambientais e do narcotráfico, todas reconhecidamente tidas como propícias para a prática um crime social horroroso: o trabalho escravo.

O leitor terá, na próxima semana, detalhadamente, os "objetivos" da proposta de criação do GIAETED. Até breve.

PROCURADOR DO TRABALHO NA PARAÍBA

MPT deflagra guerra contra o fumo em ambiente de trabalho

Mr. Caipira e Incógnitos estão sendo multados por descumprirem lei

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba deflagra uma verdadeira guerra com o fumo nos ambientes de trabalho, especialmente nos estabelecimentos de entretenimento. Pelo menos dois deles – Incógnito e Mr. Caipira - já estão sendo multados por descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC's) firmados perante o MPT, em que se comprometiam a coibir o fumo nesses locais.

A multa mais pesada está sendo cobrada do Mr. Caipira. Segundo o procurador do Trabalho José Caetano dos Santos Filho, a multa por descumprir a lei, em valores corrigidos, é de R\$ 86 mil. Já o "dancing bar" Incognitus foi multado em R\$ 18 mil.

Vários TAC's nesse sentido foram firmados já este ano com restaurantes, bares e danceterias de João Pessoa. A finalidade é coibir

que a saúde dos empregados seja comprometida pelos hábitos tabagistas dos clientes e frequentadores. "É preciso respeitar o direito do trabalhador não-fumante", destacou o procurador José Caetano.

"Vamos fiscalizar de forma perene o cumprimento da lei", garantiu o procurador Eduardo Varandas. "A Lei Federal proíbe o uso de substâncias fumíferas em locais públicos. Não vamos

admitir que os empregados tornem-se fumantes passivos e acabem por contrair algum mal", assegurou.

A empresa que foi multada, pode, em ação regressiva, cobrar do cliente a multa que arcou. Também foram firmados TAC's com a Companhia de Chopp, Empório Café, John People Choparia, Terraço Bar, Espaço Livre Apart-Hotel, São Brás Coffee Shop e S&Q Bar e Restaurante.



Procurador Paulo Germano celebrou acordo e promoveu a doação



Procurador Eduardo Varandas com o diretor dos Correios

MTE ganha veículo de supermercado

O Ministério Público do Trabalho em Campina Grande celebrou acordo judicial com o Supermercado Ideal (Processo nº 088.2008.099.13.00-2), em que a empresa doou ao Ministério do Trabalho e Emprego, gerência regional de Campina Grande, um automóvel zero KM, marca Fiat Uno Economy Flex 1.0 Flex 2P, com ar condicionado.

No ato da entrega, ocorrida na última sexta-feira, 22, na sede do MPT em Campina Grande, estiveram presentes o procurador do Trabalho Paulo Germano, o gerente regional do Trabalho Dorival Nunes Cunha, além do di-

retor e do advogado da empresa, Antonio Silva Brito e Marxsuell Fernandes de Oliveira.

No mês passado, igualmente em consequência de ação judicial movida pelo MPT, a empresa Gran Moto doou ao Cerest/Campina Grande – Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, os seguintes equipamentos: um decibímetro – medidor de nível de pressão sonora, modelo Dec. 5000 marca Instruterm; e um dosímetro de ruído digital portátil (RS 232), MOD. DOS – 500, marca Instruterm e um calibrador, mod. CAL – 3000, nível 94 e 114 DB, da mesma marca.

ECT lançará selo especial dia 12

O Ministério Público do Trabalho firmou parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos na Paraíba para a comemoração do dia mundial de combate ao trabalho infantil, próximo dia 12 de junho. O MPT distribuirá com duzentas autoridades, através dos Correios, DVDs do filme "Anjos do Sol", que trata da exploração sexual de crianças e adolescentes para fins comerciais. No mesmo dia, os Correios lançarão, por sugestão do MPT, um selo dedicado à luta contra o trabalho infantil.

O procurador do Trabalho Eduardo Varandas esteve esta semana reunido

com o diretor-regional dos Correios na Paraíba, José Pereira da Costa Filho, para tratar da parceria. "É muito importante que entidade públicas e privadas se engajem nessa luta que visa preservar a dignidade da criança e do adolescente", comentou o procurador.

O dia 12 de junho foi instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como data de mobilização mundial contra o trabalho infantil. Toda atividade, remunerada ou não, que compromete o direito da criança de estudar e de brincar e oferece riscos à sua saúde, seja ela física ou psicológica, é considerada trabalho infantil.

Procurador pede indenização a prefeitura por danos morais

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba promoveu esta semana ação civil pública, com pedido de liminar, contra o município de João Pessoa, devido à falta de manutenção no Centro de Comércio de Passagem, que abriga vários trabalhadores ambulantes. O MPT requer, na Justiça Trabalhista, o pagamento de indenização no valor de R\$ 300 mil por dano moral coletivo, uma vez que a falta de manutenção coloca em risco a saúde e a vida dos camélos ali instalados. O valor da indenização será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Na hipótese de descumprimento da decisão, o MPT requer a cominação de multa de R\$ 20 mil mensais, corrigidos monetariamente, também revertidos ao FAT.

É inegável que a conduta adotada pelo réu causou e causa lesão aos

interesses da coletividade de trabalhadores. O descumprimento de normas de conservação e segurança no ambiente de trabalho põe em risco não só a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, traduzidos como fundamentos da República Federativa do Brasil, mas sobretudo a

dos direitos e garantias fundamentais assegurados na Carta Constitucional e a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas", justifica o procurador do Trabalho Eduardo Varandas, autor da ação.

A ACP baseou-se em denúncia da Cooperativa dos Trabalhadores Informais do Estado da Paraíba sobre a falta de condições de infra-estrutura e higienização no Centro de Passagem, área construída pela Prefeitura da Capital.

Após investigação instaurada pelo MPT, a prefeitura realizou uma reforma melhorando as condições do local, mas as instalações elétricas continuam apresentando risco à segurança dos trabalhadores, inclusive com possibilidade de incêndio, segundo relatório do Ministério do Trabalho e Emprego, que realizou fiscalização no ambiente.

Segundo o relatório, "as instalações elétricas necessitam de revisão geral e adequação às normas, pois apresentam condutores desprotegidos (sem eletrodutos), com emendas mal isoladas ou até sem nenhum isolamento, junto à estrutura metálica do galpão ou das tendas, o que representa risco de choque elétrico e de incêndio".

Segundo o relatório, "as instalações elétricas necessitam de revisão geral e adequação às normas, pois apresentam condutores desprotegidos (sem eletrodutos), com emendas mal isoladas ou até sem nenhum isolamento, junto à estrutura metálica do galpão ou das tendas, o que representa risco de choque elétrico e de incêndio".

MPT notifica TJ para obras de reparos

O Ministério Público do Trabalho na Paraíba encaminhou esta semana notificação recomendatória ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Luiz Sílvio Ramalho, no sentido de tomar providências para restabelecer a segurança no ambiente de trabalho no Complexo da Infância e Juventude Desembargador José Martinho Lisboa, em João Pessoa, onde funcionam a 1ª e 2ª Varas da Infância e da Juventude.

Segundo laudo pericial do analista do MPT, as instalações oferecem deficientes condições de trabalho. Em alguns setores do Complexo há mofo e fungos nas paredes e tetos, rachaduras, cupins nas portas, além de instalações elétricas comprometidas pela falta de manutenção e, principalmente, pelas infiltrações de água de chuva.